

“Prezadas professoras”: a temática da mulher na vida e obra de Paulo Freire

“Dear teachers”: the theme of women in Paulo Freire’s life and work

“Queridas maestras”: el tema de la mujer en la vida y la obra de Paulo Freire

Balduino Antonio Andreola – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

A argumentação central do texto, ao discutir a condição da mulher desde a vida e a obra de Paulo Freire, é a de que não adianta querer mudar, de maneira artificial, burocrática e autoritária, a gramática porque não será essa atitude que mudará a realidade. No caso dos problemas de gênero, a discriminação, a dominação, a opressão da mulher, por parte do homem, numa cultura plurimilenar de machismo, a nossa luta precisa ser para mudar a realidade opressora. A língua, com sua gramática anacrônica e autoritária, também mudará. Essa foi a luta de Freire e está sendo de milhões de pessoas no mundo, que não o repetem, como ele nunca quis que fosse, mas o recriam, como ele propôs numa de suas últimas entrevistas: “Cabe a vocês inventarem novas pedagogias”.

Palavras-chave: Gênero; mulher; machismo; opressão.

ABSTRACT

The text’s main argument, when we mention women’s condition in Paulo Freire’s writings, is that it’s useless to choose changing gramatic, in an artificial, burocratical and authoritarian way because it will not be this attitude the one that is going to change reality. In the case of gendre problems, discrimination, domination, women’s oppression by men, in a multimilenial misogynism culture, our struggle has to be in order to changing the oppressive reality. Language, with its anacronical and authoritary gramatic will also change. This was Freire’s purpose and this is thousand people’s struggle – people who do not repeat Freire, but recreate him, according to what he said in one of his last interviews: “It’s up to you to invent new pedagogies”.

Keywords: Gender; women; sexism; oppression.

RESUMEN

El argumento central del texto, cuando se habla de la condición de la mujer desde la vida y obra de Paulo Freire, es que de nada sirve querer cambiar artificial, burocrática y autoritariamente la gramática, porque no será esta actitud la que cambiará la realidad. En el caso de los problemas de género, la discriminación, la dominación, la

opresión de la mujer por el hombre, en una cultura del machismo ancestral, nuestra lucha tiene que ser por cambiar la realidad opresiva. El idioma, con su gramática anacrónica y autoritaria, también cambiará. Esta fue la lucha de Freire, y también está siendo de los millones de personas en el mundo, que no la repiten, como él nunca quiso que fuera, sino que la recrean, como lo propuso en una de sus últimas entrevistas: "Les corresponde a ustedes inventar nuevas pedagogías".

Palabras-clave: Género; mujer; machismo; opresión.

Desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher, não estarei ajudando meus filhos a ser sérios, justos e amorosos da vida e dos outros... (PAULO FREIRE, 1997).

As palavras da epígrafe são as últimas que Paulo Freire deixou escritas (escreveu) na sua "Terceira Carta Pedagógica", que ficou inconclusa (inacabada), em cima de sua mesa, poucos meses antes de morrer. Naquela mesma "Carta", alguns parágrafos antes, escreveu: "Não creio na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos, se não nos tornarmos capazes de amar o mundo".

Em 1988, numa de suas vindas a Porto Alegre, foi convidado para palestrar aos docentes da UFRGS no auditório da Farmácia. Naquele dia, Freire iniciou sua fala assim: "Minhas prezadas professoras!". Fez uma pausa de alguns segundos e continuou: "Por que deveria eu iniciar dizendo: meus prezados professores, se a grande maioria nesta sala são professoras?".

A temática da mulher na vida e obra de Paulo Freire

É no livro *Pedagogia da Esperança* que Paulo Freire menciona o uso desse recurso gramático-pedagógico no intuito de chamar a atenção do público para o machismo da linguagem, denunciado nos questionamentos levantados pelas feministas dos Estados Unidos (FREIRE, 1992, p. 67). Ele escreveu que, ao retomar *Pedagogia do Oprimido*, passou a reconhecer a "marca machista" com que escrevera aquele livro e *Educação como prática da liberdade*. Ao revisar sua linguagem machista, fazia-o como "dívida a um sem-número de mulheres norte-americanas que de diferentes partes dos Estados Unidos" lhe escreviam em fins de 1970 e início de 1971. Elas diziam que, ao discutir a opressão e denunciando as estruturas opressoras, ele usava uma linguagem machista. Elas exemplificavam com diferentes citações do livro, como esta por exemplo: "Dessa forma, aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se 'apropriam' dela como realidade histórica, por isso mesmo capaz de ser transformada por eles" (FREIRE, 1992, p. 66-67).

Freire acrescenta que elas perguntavam: "Por que não também as mulheres?". Continuando a reflexão sobre o tal de "machismo" da linguagem, confessa que, depois das primeiras cartas, reagiu, "condicionado pela ideologia autoritária, machista",

tentando justificar a si mesmo, dizendo: "Quando falo homem, a mulher está incluída". Aos poucos, porém, foi se dando conta da "mentira ideológica" daquela sua justificativa. Ele pergunta então: "E por que os homens não se acham incluídos quando dizemos: As mulheres estão decididas a mudar o mundo?" (FREIRE, 1992, p. 67).

Embora no início Paulo Freire tivesse reagido justificando-se, ele passou a levar muito a sério o "débito àquelas mulheres" e declarou: "Escrevi, então, a todas, uma a uma, acusando suas cartas e agradecendo a excelente ajuda que me haviam dado" (FREIRE, 1992, p. 67). Em muitas oportunidades, falando ou escrevendo, Freire dirigia-se a seus ouvintes ou a suas leitoras e seus leitores, explicitando os dois gêneros. No livro já citado, *Pedagogia da Esperança* (1992, p. 68), ele relata que passou a adotar esse recurso gramático-pedagógico no intuito e na intenção de chamar a atenção do público para o machismo da linguagem. Ele assumiu essa espécie de "subversão" da gramática usual, marcada por um "masculinismo" plurimilenar, a partir do questionamento das feministas norte-americanas.

O uso desse recurso gramatical não significa que Freire tivesse reconhecido uma intencionalidade machista em seus escritos, como cobram dele algumas estudiosas ou alguns estudiosos de sua obra. Pelo contrário, ele já havia dado uma resposta relatada por Moema L. Viezzer, que escreveu, para o livro *Paulo Freire: Uma Bibliografia* (GADOTTI, 1998), o texto intitulado "Paulo Freire e as relações sociais de gênero". Ela contou que, num encontro nacional sobre Educação Popular em Piracicaba em 1986, fez por escrito a seguinte pergunta: "Paulo, como você vê a questão das relações de dominação e opressão entre homens e mulheres em nossa sociedade?" (VIEZZER, 1996, p. 596). A autora da pergunta comentou que a mesma "causou visível enervamento entre várias pessoas da plateia". A resposta foi esta:

Eu jamais teria escrito *Pedagogia do Oprimido* se, ao mesmo tempo, eu me permitisse oprimir minhas filhas, minha esposa e as mulheres com quem trabalho. As mulheres estão certas em organizar-se e dizer o que tem que ser mudado em relação às opressões que hoje sofrem. E nós, educadores, precisamos entendê-las, ouvi-las e acompanhar as mudanças que ocorrerão graças às suas iniciativas (VIEZZER, 1996, p. 596).

O episódio de Porto Alegre, citado no início, serviu para salientar a maneira como Freire reagia ao uso de uma gramática no masculino; serviu para explicitar como tratou e trataria todas as mulheres, independentemente de classe social, cor ou etnia, ao longo de toda a sua vida. O episódio relatado por Moema L. Viezzer, que eu lembrei porque a resposta de Freire contém um princípio hermenêutico válido para a interpretação da obra de qualquer autora ou autor, que foi por mim usado como argumento num trabalho sobre "Paulo Freire e a Ecologia". Naquele estudo, antes de realizar o que denominei "um voo panorâmico sobre várias obras de Freire", eu parti de sua obra principal, *Pedagogia do Oprimido*, na qual não lemos nenhum texto que fale diretamente do problema ecológico. Sendo, porém, a opressão o tema central do livro, eu me pergunto se arrasar a casa de alguém não seria uma das modalidades mais cruéis de opressão. Ou, pior ainda, mandar que toquem o trator por cima das

casas pobres de uma população de vila periférica, como fazem certos prefeitos, porque ali tem que se instalar uma multinacional. Continuando meu raciocínio, perguntei-me então e pergunto agora se não significa opressão infinitamente mais cruel, em se tratando da destruição da casa comum da humanidade, o planeta Terra, a ameaça de destruir todas as formas de vida que habitam esta casa de todos nós?

O argumento usado por Paulo Freire para responder a pergunta de Moema se situa nesta linha de pensamento: se ele se permitisse oprimir sua esposa, suas filhas e as mulheres com as quais trabalhava, jamais teria escrito *Pedagogia do Oprimido*. A mesma resposta Freire deu alguns marxistas "ortodoxos", que cobravam dele não ter explicitado em seu livro *Pedagogia do Oprimido* a luta de classes. Ele respondeu que achava evidente a referência à luta de classes na contraposição dialética opressor/oprimido. Disse, porém, e escreveu em várias oportunidades que, a partir daquela acusação explicitava, essa ideia até ao escrever cartas. Mas tem mais. Numa entrevista com Donalddo Macedo em 1998, Freire abordou simultaneamente a crítica das feministas norte-americanas e a dos marxistas "ortodoxos", declarando:

Vamos agora nos voltar para a questão central do sexismo. Durante os anos 70, quando comecei a aprender com as feministas, principalmente com as feministas norte-americanas, devo dizer que eu era, naquela época, mais influenciado pela análise marxista, particularmente pela análise de classe. Quando escrevi *Pedagogia do Oprimido*, estava muito influenciado pela análise de classe de Marx e, dada a cruel opressão de classe que caracterizou meus anos de desenvolvimento no Nordeste do Brasil, minha maior preocupação era, portanto, a opressão de classe. É irônico o fato de alguns marxistas terem me criticado por não ter prestado atenção suficiente à análise de classe social. Em *Pedagogia do Oprimido*, se minha memória não falha, fiz aproximadamente 33 referências à análise de classe social (FREIRE, 2001, p. 261).

O significado de uma obra não é engessado como em letra morta. As hermenêuticas de diferentes leituras desdobram, com certeza, os sentidos e os significados que a obra contém, ora enriquecendo e ampliando seu significado, ora restringindo-o e até deturpando-o. Numa conversa informal com Paul Ricoeur em 1983 no meu estágio de um mês na biblioteca Mounier em Châtenay-Malabry, ele me deu, sem se dar conta, uma aula breve, mas inesquecível, de hermenêutica. Referindo-se à morte de Mounier, acontecida em 1950, ele disse:

Era uma grande amizade que estava se estabelecendo entre nós. Mas eu lecionava em Strasburgo, e só nos encontrávamos por ocasião dos seminários da revista *Esprit* em Paris. O lado mais cruel da morte é que a gente faz perguntas ao amigo, e ele não responde mais.

Eu lembrei, naquele instante, que ele estava repetindo, com a mesma emoção, o que havia escrito 30 anos antes no artigo de um número especial da revista *Esprit*, publicada em homenagem póstuma a Mounier. Naquela ocasião, desdobrou assim seu pensamento: "Para escrever este artigo, eu leio seus escritos e tento continuar o diálogo, agora impossível". E acrescentou: "Um autor é um homem virtualmente morto" (RICOEUR, 1955, p. 135).

Voltando à “questão da mulher” em Freire, na linha de uma leitura hermenêutica, não de uma leitura material do texto por nós engessado, cabe a nós, leitoras e leitores, desdobrarmos e explicitarmos sentidos e significados não explicitados, possivelmente pela autora ou pelo autor, que escreveu em momentos e contextos diferentes dos atuais. Desafiado pela pergunta de Moema, em lugar de respondê-la numa argumentação literalmente atual de seu pensamento, ele preferiu explicitar uma resposta que estaria evidente no seu livro *Pedagogia do Oprimido*, em coerência total com seu modo de tratar as mulheres de sua convivência na família e no campo profissional. E há um segredo cruel de sua vivência de menino pobre e com fome que ele não explicitou em *Pedagogia de Oprimido* e não explicitou naquela entrevista, mas o fez em *Cartas a Cristina*. Ao falar da experiência cruel da fome, à qual foi levada sua família com a crise provocada pela quebra, em 1929, da bolsa de Nova York, e da tristeza do pai, sentindo-se impotente para dar à família uma condição menos penosa, comenta: “[...] valeu muito mais para mim surpreender, aflito, meu pai em seu quarto, escondido dos filhos e da filha, chorando, sentado à cama, ao lado de sua mulher, nossa mãe, pela impotência diante dos obstáculos a vencer para dar um mínimo de conforto à sua família” (FREIRE, 1994, p. 62).

Depois de falar do pai, Freire confia ao papel suas memórias tristes, relacionadas com as humilhações sofridas pela mãe:

Quando, por exemplo, minha mãe, dócil e timidamente, pedindo desculpas ao açougueiro por não haver pago a ínfima quantidade de carne comprada na semana anterior, ao solicitar mais crédito para trezentos gramas a mais, prometia que pagaria as duas dívidas, na verdade ela não mentia nem tentava um golpe. Ela precisava de acreditar em que realmente pagaria. E precisava, de um lado, por uma razão muito concreta – a fome real da família; de outro, por uma questão ética – a ética de mulher de classe média cristã católica. E quando o açougueiro, zombeteiro, machista, a desrespeitava com seu discurso de mofa, suas palavras a pisoteavam, a destroçavam, a emudeciam. Tímida e esmagada, eu a vejo agora, neste momento mesmo, eu a vejo frágil, olhos marejando, deixando aquele açougue à procura de outro em que quase sempre se acrescentavam outras ofensas às já recebidas. [...] Não estou hoje como até mesmo à época não estava pretendendo que o açougueiro às suas custas financiasse a nossa crise. Não era e não é isso. O que me revoltava era o desrespeito de quem se achava em posição de poder a quem não o tinha. Era o tom humilhante, ofensivo, canalha, com que o açougueiro falava a minha mãe. A entonação da censura, de reprovação do discurso do açougueiro, que ele prolongava desnecessariamente e de forma que todos, no açougue, ouviam, me fazia um tal mal que, agora, preciso me esforçar para descrever a experiência (FREIRE, 1994, p. 63-64).

Depois de confiar, penosamente, ao papel aquela lembrança cruel de sua infância, Freire expressa com veemência a postura antimachista que ele terá ao longo de toda a sua vida, embora as feministas americanas não tenham sabido reconhecer:

Nesta altura, porém, não posso deixar de fazer um comentário sobre a cultura machista que nos marca. Só ela pode explicar, de um lado, que minha mãe tomasse para si sempre o incômodo enfrentamento dos credores; de outro, que meu pai, tão justo e correto, aceitasse sabê-la expondo-se como se expunha (mesmo que ela não o informasse do que ouvia nos açougues e bodegas) e não assumisse a responsabilidade de tratar com os credores. Era como se a autoridade do homem devesse ficar defendida, no fundo, falsamente defendida, resguardada, enquanto a mulher se entregava às ofensas (FREIRE, 1994, p. 64).

Nessa ótica de luta contra todas as formas de machismo da cultura brasileira, a professora Ana Maria, esposa de Freire, relata-nos uma “confissão” exemplar dele, como lemos no livro “Nita e Paulo: crônicas de amor”. Referindo-se a duas situações que “doíam muito em Paulo”, ela escreve:

Primeiro, lamentava a “proibição implícita” que os filhos impuseram à mãe de se casar de novo. Viúva aos 42 anos, não voltou a se casar. Entre uma nova chance de ser feliz ou satisfazer a vontade dos filhos, optou pela segunda alternativa. “Fui egoísta, adolescente machista que não incentivou a mãe para um novo amor. Hoje, vejo como errei: é uma tirania dos filhos querer os pais só para si sem se importar com a opção de vida deles... tantas vezes não respeitam suas decisões legítimas por uma nova vida amorosa e sexual”, repetia sempre (FREIRE, 1998, p. 34).

Numa outra perspectiva de valorização da mulher, desta vez no campo profissional, cabe citar o livro *Professora sim, tia não: cartas a quem gosta de ensinar* (FREIRE, 1995). Paulo Freire retomou, em várias oportunidades, ideias centrais do livro, chamando a atenção para a manha ideológica que pode estar presente nessa linguagem amorosa de tratar a professora com um título parental ou familiar, chamando-a de tia. Rosa Maria Torres relata um diálogo com professoras que nem sabiam do livro e que até estranharam que ela perguntasse “que opinião tinham acerca da tia”. Ela refere também que, numa entrevista, Freire observa que, quando chamam a professora de tia, está implícito nesse tratamento: “A tia não pode fazer greve. Quanto mais se reduz a profissionalização a uma amorosidade parental, tanto menos são as condições que terá a professora para lutar” (TORRES, 1996, p. 275).

Ao mesmo tempo em que estamos realizando esse voo panorâmico sobre as obras de Freire, buscando suas verbalizações explícitas em torno das questões de gênero, acho necessário estarmos atentos a critérios de caráter mais hermenêutico, pois creio que não sirvam a ninguém determinadas análises descontextualizadas das obras de Freire ou de qualquer outro/a autor/a, cobrando o que ele ou ela não disseram ou não escreveram.

No livro *Pedagogia da Esperança*, Freire dedica três páginas (1992, p. 66-68) a uma reflexão em torno da necessidade de superar a linguagem machista e reconhece que essa sua preocupação se deve, em grande parte, àquelas numerosas mulheres que lhe escreveram, na década de 1970, após a publicação de *Pedagogia do Oprimido* em inglês. Ele é peremptório quanto à exigência de mudança da linguagem machista, declarando:

Não se diga que, sendo o fundamental a mudança do mundo malvado, sua recriação, no sentido de fazê-lo menos perverso, a discussão em torno da superação da fala machista é de menor importância, sobretudo porque a mulher não é classe social. A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista, e encarnada em práticas concretas, é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa (FREIRE, 1992, p. 68).

No verbete “Mudança/Transformação Social” no dicionário Paulo Freire (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2010, p. 276), Cênio Weyh mostra, a partir das obras de Freire, que

ele é um educador comprometido com a transformação social e esclarece: “Em Paulo Freire, mudança e transformação social assumem um caráter de comprometimento e engajamento nas lutas a favor das causas dos oprimidos”.

As cobranças das feministas americanas foram recebidas, inicialmente, com irritação por Freire e, depois, assumidas como participação na luta a favor da emancipação da mulher. Mas àquelas feministas caberia também devolver a cobrança. Aquele movimento restringia-se somente à luta contra a opressão da mulher ou abraçaria também o combate contra o racismo, a guerra do Vietnã e a dominação capitalista sobre os países centro e sul-americanos? Além disso, o problema da linguagem “masculinista”, como no caso de falar ou escrever “homem”, entendendo abranger homens e mulheres, é um problema plurissecular ou até plurimilenar.

Ao analisar uma obra, não importa de que autor ou autora, não podemos dissociá-la das condições existenciais e históricas em que foi escrita. Quanto às existenciais, já escrevi que a experiência da pobreza e da fome em Jabotão significou também a “arqueologia” sociopolítica da *Pedagogia do Oprimido*, quando o menino Paulo se propôs uma pergunta do tamanho do mundo, como lemos no livro “Conscientização” (1979, p. 14): “Em Jabotão, quando tinha dez anos, comecei a pensar que no mundo muitas coisas não andavam bem. Embora fosse criança, comecei a perguntar-me o que poderia fazer para ajudar os homens”. Na mesma linha de raciocínio, podemos pensar que aquela experiência triste e cruel de presenciar a mãe sendo alvo de desprezo e injúria grosseira por parte do açougueiro o imunizou para o resto da vida de qualquer gesto ou palavra de menosprezo ou desrespeito para com uma mulher, pois valorizava ao extremo as mulheres que com ele conviveram ou com ele trabalharam. O exemplo mais eloquente de valorização foi seu relacionamento com sua esposa Elza, falecida em 1986, e com sua nova esposa Ana Maria. Quanto a Elza, professora e diretora de escola, são inúmeras as referências em seus livros, tanto que ele disse um dia a um de seus filhos, que com certa frequência lhe escreviam ou então lhe diziam ao encontrar-se com ele que estavam gostando de seus livros: “Algumas pessoas o dizem com sinceridade, porque de fato leram, mas outras o fazem para agradar-me”. E acrescentou jocosamente: “Daqui por diante, vou perguntar: ‘Qual é o nome de minha esposa?’ Se não souberem, é porque não leram, sendo que eu falo dela praticamente em todos os meus livros”.

Quanto à segunda esposa, Ana Maria Araujo Freire, considerando que ela é doutora em História da Educação, valorizou-a também por essa sua competência, pedindo-lhe que redigisse, em anexo, as notas para três de seus livros: *Pedagogia da Esperança*, *Cartas a Cristina* e *À sombra desta mangueira*. De Ana Maria Freire temos também numerosos outros escritos relacionados com a obra e a biografia de Paulo Freire, em particular a apresentação dos vários livros póstumos, além de seus numerosos depoimentos no livro de sua autoria intitulado *Nita e Paulo: Crônicas de amor* (FREIRE, 1998).

Elza era uma mulher muito discreta em suas falas. Mas sob essa atitude humilde de discrição ela ocultava uma sabedoria profunda, que Freire explicita quando, ao citá-la, salienta que a fala da esposa tem, naquelas ocasiões, uma importância enorme. Evocarei dois exemplos apenas: um do livro *Medo e Ousadia* e o outro de *Cartas à Guiné-Bissau*. Em *Medo e Ousadia*, no diálogo com o autor Ira Shor, Paulo Freire declara:

A primeira vez que vim aos EUA, vim por causa de Elza, minha mulher. Quando fui convidado, disse a Elza que não viria, porque eu não teria nada a aprender num país tão imperialista. Ela me disse sorrindo: "Como você é contraditório e ingênuo. É impossível pensar que este país seja apenas imperialista. É impossível que seja só isso. Você tem muitas coisas para aprender lá". Imediatamente ela me convenceu, e vim aos EUA. Desde então, nunca parei de vir. Venho todos os anos e sempre aprendo alguma coisa – ainda que seja apenas como é difícil aprender sobre esta cultura (FREIRE; SHOR, 2000, p. 14).

No livro "Cartas à Guiné-Bissau", destacarei outra fala breve, mas inesquecível de Elza, no contexto de uma grande festa popular. Paulo Freire escreveu:

Lá em Bissau, enquanto nos preparávamos, em equipe, para a última fase de nossa visita, houve um fato que nos marcou profundamente e que tem a ver com muitas das considerações feitas nesta introdução. Sobre ele, desde então, tenho falado sempre em seminários e não gostaria, agora, de silenciá-lo. Manhã quente de setembro. Asfixiante, quase. Comemorava-se a independência do país. [...] A multidão cantava também, movia-se também. Não se tratava de um "espetáculo folclórico" a que uns poucos, à distância, assistissem. Era uma festa do povo, que vivia o seu dia maior. Após o desfile, encerrado com a apresentação de unidades das FARP, o Presidente Luiz Cabral começou então o seu discurso. Exatamente em frente ao local do palanque em que se achava o Presidente, um grupo da banda militar, perfilado. Em certo momento, um dos soldados da banda, como se estivesse caindo sobre si mesmo, desfalece. O Presidente para o seu discurso. Olha fixo o militante que está sendo amparado por seus camaradas. A multidão percebe. Abre caminho a um carro que se aproxima e em que o soldado é conduzido ao hospital. O Presidente acompanha com o olhar o carro que parte e logo desaparece. Só então volta a falar. Ao meu lado, em voz baixa, disse Elza: "Este foi o momento mais bonito de nossa visita a este país. Temos realmente muito o que aprender de um povo que vive tão intensamente a unidade entre a palavra e o gesto. O indivíduo aqui vale enquanto gente. A pessoa humana é algo concreto e não uma abstração" (FREIRE, 1978, p. 38-39).

Segundo Márcia Alves da Silva, em seu verbete "Feminismo", no *Dicionário Paulo Freire* (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2010, p. 183), foi na obra *Medo e Ousadia*, escrito em coautoria com o professor americano Ira Shor, que "[...] Freire deixa nítido seu engajamento na luta contra o patriarcado. E é aí que aparece mais nitidamente o reconhecimento pela luta das mulheres".

Cabe reconhecer o mérito da Márcia Alves da Silva ao salientar a maneira como Freire trata da "condição da mulher" em *Medo e Ousadia*. Mas ela inicia seu verbete escrevendo: "Inicialmente, podemos afirmar que Paulo Freire pouco dialogou com o movimento feminista". E a "cobrança" do que ela considera omissão perpassa todo o texto. Nesse sentido, caberia a ela e a outros cobradores ou outras cobradoras "a cobrança" de uma omissão bibliográfica grave. O *Dicionário Paulo Freire*, em segunda edição "ampliada", foi publicado em 2010. Mas já em 2001 havia sido publicado *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*, um dos livros póstumos de Freire, da "Série Paulo

Freire”, organizada por sua esposa Ana Maria Araujo Freire (FREIRE, 2001). E é nesse livro que Freire explicita mais exaustivamente suas posições sobre a condição da mulher e em torno dos questionamentos das feministas norte-americanas. Ele o faz num diálogo muito exigente com seu parceiro de outras horas e coautor de um livro, Donaldo Macedo (FREIRE, 2001, p. 257-268). O mesmo texto já fora publicado em *Nita e Paulo: crônicas de amor* (FREIRE, 1998).

Aquela entrevista com Donaldo Macedo saiu significativamente com o título “Opressão, classe e gênero”. A relação com o livro clássico de Paulo Freire é evidente, aparecendo de maneira mais explícita já na primeira pergunta do entrevistador:

Alguns/algumas educadores/educadoras, particularmente as feministas norte-americanas, argumentam que seu trabalho tende a universalizar a opressão enquanto ignora as especificidades de posições diversas e contraditórias que caracterizam os grupos subordinados juntamente às linhas de cultura, etnia, linguagem, raça e gênero [...] (FREIRE, 2001, p. 257).

A pergunta de Donaldo é longa, explicitando todas as nuances das críticas e cobranças feministas. A crítica mais insistente é a de Freire “universalizar a opressão”, esquecendo ou omitindo as “especificidades” e sua “falha em apreciar diferentes localizações históricas de opressão”. Acusam-no de “teorizar sobre a opressão como verdade universal”. A crítica mais evidente parece de que a linguagem de “Pedagogia do Oprimido” é “sexista por natureza”.

Se o questionamento com que Macedo tentou resumir todas as críticas feministas dos EUA foi extenso, nas respostas Freire também se delongou, aceitando, de um modo geral, as críticas. Ele as sintetizou ponderando que os questionamentos das feministas norte-americanas se relacionavam com a questão de gênero em *Pedagogia do Oprimido*. Ele considera aquela crítica “não apenas válida, mas muito acurada” (FREIRE, 2001, p. 259). A certa altura, em suas ponderações, ele declara: “É com grande satisfação que eu admito que meu engajamento com movimentos feministas possibilitaram-me tomar um foco mais apurado das questões de gênero” (p. 260).

Todas as críticas e todas as respostas de Freire referem-se ao livro *Pedagogia do Oprimido*, mais especificamente à sua “linguagem sexista”, segundo as feministas. As respostas de Freire são ponderadas, cavalheirescas, numa linha positiva. Mas a certa altura, muda de tom e escreve:

De fato, recebi, há pouco tempo, uma carta de uma jovem mulher que recentemente leu, pela primeira vez, *Pedagogia do Oprimido*, criticando minha linguagem machista. Essa carta foi muito insultante e até um pouco vulgar. Não estava chateado pela carta que ela escreveu porque, certamente, ela leu *Pedagogia do Oprimido* para avaliar minha linguagem, como se o livro tivesse sido escrito no ano passado; isto é, ela não contextualizou *Pedagogia do Oprimido* em seu contexto histórico; mas não me interprete mal: não estou me desculpando pela linguagem sexista desse livro. Estou apenas esclarecendo que, durante meus anos de formação, não escapei dos poderes envolventes de uma cultura altamente sexista no meu país. No entanto, desde a publicação de *Pedagogia do Oprimido*, tenho tentado remover de minha linguagem todas essas características que são degradantes para as mulheres. Se essa mulher jovem pudesse ler, por exemplo, *A política da educação*, que você, Donaldo, traduziu – você lembra minha insistência sobre evitar linguagem sexista –, e *Alfabetização: leitura do*

mundo, leitura da palavra, do qual nós fomos coautores, ela veria a diferença marcante na linguagem utilizada (FREIRE, 2001, p. 261).

Freire volta à “questão central do sexismo” e repete que aprendeu muito com as feministas americanas. Observa depois que, quando escreveu *Pedagogia do Oprimido*, ele era “mais influenciado pela análise marxista, particularmente pela análise de classe”, como lembrado no início deste artigo. Ao falar em *transformação*, ele considerava óbvio que “a libertação deveria ter lugar para homens e mulheres não apenas para homens ou para mulheres ou para as pessoas negras e de linhas étnicas” (FREIRE, 2001, p. 262).

Macedo retoma, a certa altura da entrevista, a crítica das feministas de que Freire “universaliza a opressão sem levar em conta a multiplicidade de experiências opressivas que caracterizam as histórias vividas pelos indivíduos juntamente com raça, gênero, etnia e linhas religiosas” (FREIRE, 2001, p. 262).

Freire volta, e desta vez mais explicitamente, a uma questão já abordada, declarando:

[...] em evitar a questão de gênero, devo dizer que os leitores/as leitoras têm alguma responsabilidade em colocar meu trabalho inserido nesse contexto histórico e cultural; isto é, a pessoa lendo *Pedagogia do Oprimido* como se tivesse sido escrito ontem de alguma forma descarta a historicidade do livro. O que eu acho absurdo é ler um livro como *Pedagogia do Oprimido* e criticá-lo porque o autor não tratou de todos os temas de opressão potencial de forma igualitária. Acredito que o que uma pessoa precisa fazer é apreciar a contribuição do trabalho inserido em seu contexto histórico (FREIRE, 2001, p. 262-263).

Ao longo de toda a entrevista, e mesmo em outras obras que abordam as questões de gênero em Paulo Freire, tudo parece girar em torno de *Pedagogia do Oprimido* e das críticas das feministas americanas. Mesmo a crítica daquela leitora que lhe escreveu numa linguagem, segundo ele, “um pouco vulgar”, foi pouco anterior à data de publicação desta entrevista, ou seja, em 1997 ou 1998, quando Freire havia voltado há uns 15 anos do Conselho Mundial de Igreja, onde permanecera dez anos. A partir de Genebra, com todo o respaldo do CMI, realizou aproximadamente 150 viagens internacionais para países de todos os continentes, conforme o dossiê dos seus cronogramas, trazidos em anexo à tese de doutorado de Mário Bueno Ribeiro (2002). Além disso, haviam ocorrido quase 30 anos das primeiras edições de *Pedagogia do Oprimido* – em espanhol (1970), inglês (1970) e francês (1971), sendo que no Brasil só foi editado, com o corte de uma página, em 1974 – muita coisa havia mudado, portanto tornando questionáveis críticas que se fixam na análise da linguagem considerada “sexista” daquele livro.

No livro *Medo e Ousadia: O cotidiano do professor*, que é todo ele um diálogo entre Paulo Freire e o professor norte-americano Ira Shor, são dedicadas várias páginas à questão da mulher (FREIRE; SHOR, 2000, p. 195-201). A conversa parte de um relato que Shor faz de sua experiência em sala de aula. Depois de dialogar com Freire sobre a conveniência ou não do humor em sala de aula, Ira Shor levanta o que denomina de

"dois aspectos específicos de linguagem". O primeiro é que, em suas aulas, "[...] os homens interrompem as mulheres, não deixam que elas terminem sua fala. Algumas insistem no seu direito de terminar, mas a maioria está acostumada a ceder" (FREIRE; SHOR, 2000, p. 195).

Shor refere que, quando isso acontece, ele interrompe o homem e diz que a colega tem o direito de terminar. O segundo aspecto referido por ele é que as alunas, em suas aulas, "tendem a falar em voz mais baixa do que os homens". Pondera também que "as mulheres têm menos oportunidade de manifestar-se criticamente em público" e que ele procura compensar, "pedindo que elas estendam seus comentários quando falam". Shor conclui perguntando a Freire: "No Brasil, os temas do sexismo e do racismo são problemas em sala de aula?".

Freire responde: "São, sim. A sociedade brasileira é muito autoritária". E acrescenta que tanto o racismo como o machismo são fortes no Brasil. Por outro lado, observa que, ao voltar ao Brasil, encontrou como uma das novidades "a luta das mulheres [...] que começaram a lutar, começaram a protestar, começaram a rejeitar o fato de continuarem a ser objetos dominados pelo homem" (FREIRE; SHOR, 2000, p. 197).

Quanto ao comportamento das mulheres em sala de aula, e mesmo em discussões com até 3.000 estudantes, Freire disse que não viu "o tipo de coisa" que Shor observara em suas aulas, apesar de "nossa cultura machista". Ponderou que não cabe aos homens "libertarem as mulheres", porque a libertação deve ser conquista delas. Mas cabe aos homens contribuírem na luta delas, "que também é nossa, isto é, daqueles homens que não aceitam a posição machista do mundo".

Parece-me interessante observar que Shor fala em "sexismo", o que Freire denomina, quase o tempo todo, de "machismo". A uma pergunta de Shor de como tratar os "discursos entre sexos e raças" em sala de aula, Freire respondeu numa perspectiva de transformação social:

Isso depende, Ira. Em primeiro lugar, vejo o racismo e o sexismo muito ligados à produção capitalista. Não digo que devam ser reduzidos só à questão do capitalismo. Não digo que o racismo e o sexismo possam ser reduzidos à luta de classes. Mas o que quero dizer é que não acredito na possibilidade de superar o racismo e o sexismo num modo de produção capitalista, numa sociedade burguesa. Não obstante, isso não significa que o racismo e o sexismo serão superados mecanicamente numa sociedade socialista. Para mim, esta é uma das tarefas a ser cumprida pelos revolucionários. Se realmente queremos reinventar a sociedade, para que as pessoas sejam cada vez mais livres e mais criativas, esta nova sociedade deve ser criada por homens e por mulheres (FREIRE; SHOR, 2000, p. 199).

Desafiado por essa preocupação, retomei os livros de que disponho, que falam de Freire ou dialogam com Freire, e procurei se em algum momento estudiosas ou estudiosos de Freire brasileiras/os ou de outros países se preocuparam com uma possível lacuna ou omissão de Freire sobre o problema do machismo e da discriminação da mulher. A impressão é que a crítica é exclusiva das feministas americanas ou das que nelas se inspiram. Num diálogo amplo e exigente de Freire com Ira Shor, um professor americano, sobre a luta contra o machismo e o racismo, parece-me estranho

que nenhum dos dois tenha sequer acenado à luta das feministas norte-americanas. De tudo o que se falou sobre as críticas delas a Paulo Freire e de suas respostas tem-se a impressão de que àquela luta faltasse a perspectiva ampla de uma transformação social, caracterizando-se quase como uma causa pequeno-burguesa.

Aqui me parece oportuna a citação de um dos maiores estudiosos de Freire no campo da linguística, o belga Manfred Peters. Ele escreveu inclusive um texto intitulado “Prolegômenos a uma gramática dos oprimidos” e participou do livro *Pedagogia da libertação em Paulo Freire* (PETERS, 1999, p. 157-162) com um texto intitulado “Aspectos semânticos e pragmáticos da pedagogia de Paulo Freire”. As ideias discutidas no texto, segundo o autor, “não são de natureza puramente acadêmica, tendo suas raízes em dois projetos concretos” [...], um realizado na “Universidade da Paz”, de Namur, na Bélgica, e o outro inserido num “programa de desenvolvimento da União Europeia, chamado *Alfabetização e Conscientização no Kivu*, da República Democrática do Congo” (PETERS, 1999, p. 157-162).

Feitos esses breves acenos a vários estudos de Peters, inspirados na *Pedagogia do Oprimido*, destacarei agora algumas ideias-chave do texto referido acima. Segundo Peters:

Na visão freiriana, a linguagem não pode ser dissociada do seu contexto social e político ou do seu papel criador de estratégias de ação. [...] Freire descobriu que existe uma relação íntima entre reflexão e ação [...] para ele a linguagem real sempre envolve a práxis, e usar uma linguagem real significa mudar o mundo. [...] O significado de uma palavra, segundo ele, só pode existir em uma situação concreta, isto é, na relação do indivíduo com o mundo. A base dessa visão é uma teoria semântica específica, a qual define o significado como algo que não é inerente à palavra, possuindo apenas uma existência semântica potencial, que se torna real em um contexto específico (PETERS, 1999, p. 158).

Ao falar do projeto africano, Peters escreve: “Com Paulo Freire também aprendi que nenhuma mudança fundamental é possível sem desmistificação da realidade” (PETERS, 1999, p. 160). A partir desse princípio, Peters afirma: “Mitos: seja qual for o formato em que são transmitidos – lendas, provérbios, canções ou textos religiosos –, quando legitimam o poder de um homem sobre outro, gerando a exploração e a discriminação sexual, precisam ser submetidos à análise crítica” (PETERS, 1999, p. 166).

Em seguida, elenca uma série de provérbios, canções e histórias populares escancaradamente machistas, que, segundo Peters, “requerem um processo de desmistificação”. E declara: “Daí o esforço contínuo dos grupos populares, em meu projeto africano, em desvelar a realidade e criar a utopia, no sentido freiriano” (PETERS, 1999, p. 161).

Naquele projeto realizado no Congo, Peters afirma enfaticamente que *Pedagogia do Oprimido* pode inspirar, no campo da práxis pedagógico-política, projetos de relevância internacional na luta para a transformação de tradições culturais e estruturas de poder marcadas por modalidades tremendamente opressivas da mulher. A crítica pela crítica, dissociada do contexto histórico concreto e da dinâmica de uma práxis de

transformação, como é o caso de *Pedagogia do Oprimido*, perde toda credibilidade científica e relevância pedagógico-política.

Uma renomada professora universitária brasileira, Ana Mae Barbosa, enfatiza, no mesmo livro de que participou Peters, como ele o faz, a relação entre a teoria, o contexto histórico-cultural e a práxis da transformação. É o que aparece já no parágrafo inicial de seu texto:

A Pedagogia do Oprimido é filosofia, sociologia, educação e, sobretudo, um tratado de epistemologia. É um livro nascido da luta empreendida por seu autor para dar aos indivíduos de todas as classes sociais o direito de serem sujeitos de seu próprio processo de conhecimento e para despertar, nesses indivíduos, o interesse, a agudeza e a coragem necessários a fim de participarem do processo de transformação de suas sociedades. A consciência da prática gerou a teoria que permeia a *Pedagogia do Oprimido* (BARBOSA, 1999, p. 23).

Alguns parágrafos adiante, lemos um depoimento dos mais surpreendentes da mesma autora:

Fui sujeito da *pedagogia em favor do oprimido* de todas as classes sociais e de todos os gêneros, praticada por Paulo Freire, e, mais tarde, fui testemunha da influência que essa pedagogia transformada em teoria operou nas universidades americanas, africanas, inglesas e europeias em geral (BARBOSA, 1999, p. 24).

Três parágrafos depois, Ana Mae afirma que "[...] o livro *Pedagogia do Oprimido* foi a resposta convincente para os movimentos reivindicatórios dos estudantes do mundo desenvolvido [...]" (BARBOSA, 1999, p. 24).

Das citações feitas destacarei dois aspectos. O primeiro, que a autora citada interpreta a obra de Freire como "*pedagogia em favor do oprimido* de todas as classes sociais e de todos os gêneros". Há poucos dias, houve nos meios de comunicação comentários sobre uma obra que fala de "cinco gêneros", não apenas de "dois", como no *best-seller* de Simone de Beauvoir. Em segundo lugar, Ana Mae Barbosa, como mulher, não sentiu a necessidade de escrever "em favor do oprimido e da oprimida" e, na outra citação, "dos estudantes e das estudantes". O problema de a linguagem ser ou não machista não está nesses detalhes. E aqui creio que Peters vai ao âmago do problema no texto já citado. Ao falar da "linguística feminista" e da importância de "usar continuamente o gênero feminino quando se referia às mulheres", justifica: "Assim posso contribuir, em longo prazo, para a realização de mudanças da realidade cultural, social, econômica e política". Essa perspectiva de mudança a longo prazo encontra uma formulação semelhante em Paulo Freire, que no livro *Pedagogia da Esperança* escreveu: "A recusa à ideologia machista, que implica necessariamente recriação da linguagem, faz parte do sonho possível em favor da mudança do mundo" (FREIRE, 1992, p. 68).

Na Suíça, um movimento amplo de mulheres buscou na *Pedagogia do Oprimido* e na "visão política do IDAC" a inspiração para a luta, relatada no livro *Vivendo e aprendendo: Experiências do Idac em educação popular*, de autoria do grupo IDAC (FREIRE et al., 1983). No capítulo 3, intitulado "As Mulheres em Movimento" (OLIVEIRA,

1983, p. 39-68), sobre a primeira assembleia, lemos: “Éramos quinhentas a perceber a mesma coisa e, para falar dessa “coisa” que ninguém sabia muito bem o que era, nos dividimos em grupos. Esses grupos, que proliferaram em Genebra e na Suíça, se constituíam e se desfaziam segundo os interesses das participantes” (p. 43).

Na pesquisa da realidade para “escrever sua própria história” (OLIVEIRA, 1983, p. 46), “cabia às estudantes da universidade o levantamento do que Freire chamaria o universo temático das habitantes do conjunto residencial” (p. 52). Nessa “reinvenção de sua identidade individual e coletiva”, prolongando-se em ação política, o movimento visava a um processo amplo de transformação social (p. 67).

Um ano e meio antes de sua morte, no livro *À Sombra desta Mangueira* (FREIRE, 1995), Freire denuncia várias vezes todas as formas de discriminação, “[...] não importa se contra o negro, a mulher, o homossexual, o índio, o gordo, o velho” (p. 87). Ele proclama que “é um imperativo ético lutar contra a discriminação” e explicita: “Discriminados porque negros, mulheres, homossexuais, trabalhadores, brasileiros, árabes, judeus, não importa por quê, temos o dever de lutar contra a discriminação. A discriminação nos ofende a todos porque fere a substantividade do ser” (p. 70).

“Cabe a vocês inventarem novas pedagogias”

Voltando ao início deste artigo, lembremos a maneira como Freire começou sua fala na UFRGS perante um público majoritário de mulheres: “Minhas prezadas professoras”. Ele quis criar uma situação de impacto para, em seguida, chamar a atenção para a linguagem “machista”. Sem a intenção do impacto, ele poderia ter começado como muitas vezes fazemos: “Prezados professores e prezadas professoras”. Ou num tom mais cavalheiresco: “Prezadas professoras e prezados professores”. Nem a modalidade gramatical do impacto tampouco qualquer uma das outras duas muda a realidade, como não muda se, ao escrevermos, usamos o recurso ortográfico “prezados/as professores/as”. O problema é muito mais profundo e radical desde milênios. Daí que Peters, como grande linguista, comprometido com uma práxis de transformação, tenha escrito com extrema sabedoria: “Assim posso contribuir, em *longo prazo* [o destaque é meu], para a realização de mudanças da realidade cultural, social, econômica e política” (PETERS, 1999, p. 160).

Sem essa consciência da realidade e sem o compromisso com a transformação da mesma, nuances apenas gráficas, ortográficas, sintáticas ou semânticas não mudam a realidade, como aconteceu, aliás, com as famosas reformas ortográficas da língua portuguesa. Em minha trajetória de octogenário, lembro-me ao menos de três. Na primeira, creio que, na década de 1940, os “poderosos” da língua decretaram que não se escreveria mais “physica”, mas sim “física”, e que o “k”, que todo mundo continua achando chique usar, não se usaria mais. Na segunda reforma, aboliram o esdrúxulo acento diferencial, decidindo que não se escreveria mais “tôda” nem “êê”, mas sim

toda e ele, porque ninguém mais confundiria toda com toda, uma pequena árvore, se não me engano da África, ele com ele (o nome da letra "l"). Na última, eliminaram o trema (¨), como em "linguística", que no livro citado em 1999 ainda se escrevia "lingüística". Eliminaram também o acento no "i" e no "u", nos ditongos, em palavras que eram consideradas "proparoxítonas aparentes", como "início", que até 1999 se escrevia "início".

Todas as três reformas foram feitas contra as propostas de grandes linguistas da língua portuguesa, como Câmara Cascudo, que propunham reformas muito mais profundas, que nunca serão feitas, porque com elas todas as brasileiras e todos os brasileiros escreveriam corretamente, sem os horrores infinitos de regras irracionais de ortografia, que tornam o estudo do português odioso para muitos alunos. Darei apenas um exemplo: fazenda, casa e exercício, três grafias diferentes (z – s – x) para o mesmo fonema, a mesmíssima pronúncia. Os "donos" da gramática argumentam que a etimologia latina exige assim. Mas os linguistas (sem trema ou com trema) mais competentes defendem que etimologia não é escrever como os autores latinos escreviam, porque a etimologia também é histórica, assim como a semântica, acompanhando por isso a evolução da língua.

Resumindo a argumentação, não adianta querer mudar de maneira artificial, burocrática e autoritária a gramática, porque não será essa mudança que vai mudar a realidade, no caso dos problemas de gênero, a discriminação, a dominação, a opressão da mulher por parte do homem, numa cultura plurimilenar de machismo. Nossa luta tem que ser para mudar a realidade opressora. A língua com sua gramática anacrônica e autoritária também mudará. Essa foi a luta de Freire e está sendo de milhões de pessoas no mundo, que não o repetem, como ele nunca quis que fosse, mas o recriam, como ele propôs numa de suas últimas entrevistas: "Cabe a vocês inventarem novas pedagogias".

Referências

BARBOSA, Ana Mae. Sobre a Pedagogia do Oprimido. In: FREIRE, Ana Maria Araújo. *A Pedagogia da Libertação em Paulo Freire*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 23-24.

FREIRE, Ana Maria Araújo. *Nita e Paulo: Crônicas de amor*. São Paulo: Olho D'Água, 1998.

FREIRE, Paulo *et al.* *Vivendo e Aprendendo: Experiências do Idac em educação popular*. 6. ed. São Paulo, Brasiliense, 1983.

FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho D'água, 1995.

FREIRE, Paulo. *Cartas a Cristina*. Prefácio de Adriano S. Nogueira. Notas de Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: Registros de uma experiência em processo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- FREIRE, Paulo. Ernani Fiori: Um intelectual apaixonado. Entrevista com Tomaz Tadeu da Silva. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, FAGED/UFRGS, 11(1), p. 11-18, jan./jun. 1986.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Prefácio de Edina Castro de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Notas de Ana Maria Araújo Freire. Prefácio de Leonardo Boff. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Prefácio de Ernani M. Fiori. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. Organização e apresentação de Ana M. Araujo Freire. São Paulo: UNESP, 2001.
- FREIRE, Paulo. Posfácio: Depoimento de um grande amigo. In: FIORI, Ernani Maria. *Educação e Política: Textos escolhidos – volume II*; coordenação: Otília Beatriz Fiori Arantes. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2014.
- FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar*. 6. ed. São Paulo: Olho D'Água, 1995.
- FREIRE, Paulo. Entrevista. In: CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy. Paulo Freire, no exílio, ficou mais brasileiro ainda. *O Pasquim*: nº Especial 2: As Grandes Entrevistas Políticas, Rio de Janeiro, nº 462, p. 7-11, 1978.
- FREIRE, Paulo; MACEDO, Donald. Opressão, classe e gênero (Entrevista). In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. Organização e apresentação de Ana M. Araujo Freire. São Paulo: UNESP, 2001.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e Ousadia: O cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GADOTTI, Moacir (org.). *Paulo Freire: Uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez / Instituto Paulo Freire, 1996.
- PETERS, Manfred. Aspectos semânticos e pragmáticos da pedagogia de Paulo Freire. In: FREIRE, Ana Maria Araujo (org.). *A Pedagogia da Libertação em Paulo Freire*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- RIBEIRO, Mario Bueno. *Andarilho pelo Mundo: Paulo Freire no Conselho Mundial de Igrejas CMI*. Tese de Doutorado. Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2009.
- SILVA, Márcia Alves da. Feminismo. In: STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TORRES, Rosa Maria. Professora sim, tia não. In: GADOTTI, Moacir (org.). *Paulo Freire: Uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez / Instituto Paulo Freire, 1996. p. 275.

WEYH, Cênio. Mudança/Transformação Social. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Recebido em: 28/07/2021.

Aceito em: 10/08/2021.

Balduino Antonio Andreola

Doutor em Ciências da Educação pela Université Catholique de Louvain, Bélgica. É Professor titular emérito da UFRGS. Foi professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel entre 1997-2000. Atua na docência e pesquisa no campo da Filosofia e História da Educação, Educação Popular e Movimentos Sociais, Educação do Campo, Formação de Professores, Educação e Ecologia, Dinâmica de Grupo e Educação. Estudioso das obras de Paulo Freire, Ernani M. Fiori, Emmanuel Mounier e Paulo Ricouer.

Contato: baldo.andreola@gmail.com